

Melhorar divulgação de leis

Notícias - Política, 24.08.2020, Pág. 08, Ed. n.º 31.072

A PRESIDENTE da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologia e Comunicação Social, da Assembleia da República, Lúcia Mafuiane, instou ao Governo do distrito de Muembe, na província do Niassa, a redobrar esforços com vista a uma maior divulgação das leis da Família, Contra a Violência Doméstica, e Contra Uniões Prematuras.

A divulgação destas leis ajudaria a população a criar um ambiente familiar são e harmonioso, e condições para que as raparigas atinjam a idade adulta sem grandes sobressaltos.

O apelo foi feito durante uma visita de fiscalização que deputados da comissão parlamentar efectuaram à província do Niassa para aferir o grau do cumprimento do Plano Económico e Social (PES), pelo Governo,

tendo salientado que o conhecimento destes dispositivos pela população seria forma de evitar casos alarmantes de violência doméstica.

A divulgação das leis em questão seria, igualmente, forma de permitir um desenvolvimento intelectual e físico positivo das raparigas.

“O não conhecimento destas leis, por parte da população, leva com que esta continue com práticas não abonatórias, sobretudo contra as mulheres, promovendo uniões prematuras, bem como o despojamento de bens aos conjugues sobreviventes, em casos de morte do seu parceiro, sem saber que isso constitui crime punível por lei”, disse.

A presidente da comissão parlamentar observou que a divulgação destes dispositivos

deve constituir uma prioridade do Governo, a todos os níveis, uma vez que contribuem para o engrandecimento e desenvolvimento saudável da sociedade.

Com um universo de 42 mil habitantes, Muembe realizou um total de três palestras para a divulgação daqueles dispositivos aprovados pela Assembleia da República na sua VIII Legislatura, beneficiando apenas 94 indivíduos, dos quais 39 homens e 55 mulheres, uma cifra que para a presidente da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social é muito reduzida.

“É preciso que se desenhe outras estratégias que possibilitem a disseminação e massificação destas leis na população”, disse a presidente da 3.ª Comissão.